

OPINIÃO

Você acha necessária uma nova reforma previdenciária?

Fotos: ADRIANA GARCIA



Jair Antônio Krassuski, 44 anos, professor do departamento de Filosofia.

“Não acho que seja necessário modificar a Previdência Social. Isso ainda não se justifica. O que precisa é uma maior transparência do governo, com relação ao uso dos recursos e nas arrecadações que a Previdê-

dência tem ao longo dos anos. Isso não justifica nenhuma reforma e, principalmente, quando essas modificações acarretam prejuízos para os trabalhadores”.

Arion Pilla, 43 anos, auxiliar administrativo.



“O Brasil precisa de reformas, para reestruturar várias coisas no país. E passa pela Previdência sim, pelas aposentadorias, pelos nossos descontos mensais, pela segurança e um futuro melhor para todos nós. Desde que a reforma tenha como objeto o bem-estar das pessoas, contribuintes, e não dos cofres públicos e de outras fontes que não aquelas a que se destina a própria Previdência. Por que o Brasil é caracterizado por isso: recolhimento de contribuições e destino inadequado de verbas. O que se espera é que se tenha um trabalho sério, em cima de uma reforma consistente, clara, e que beneficie aqueles que precisam”.



André Fertig, 37 anos, professor do departamento de História.

“O fato é que há um déficit na Previdência. Por isso, teríamos que ver primeiro a arrecadação, talvez mudar o sistema. Porque quem ganha muito mais deve contribuir na mesma proporção. O que está acontecendo é

que a classe média está sobrecarregada na arrecadação do INSS. Em segundo ponto, não deveríamos mexer em direitos fundamentais do trabalhador, seja público ou privado. Pois, se há um tempo de contribuição e a pessoa cumpre esse tempo, ela teria que se aposentar, não pode diminuir ainda mais esses direitos. Não pode o servidor público ou o trabalhador privado pagar por esse déficit da previdência. O problema é que não temos muitos elementos para saber o que eles estão propondo na reforma”.

Sindicato pede mais debate na questão da divisão dos recursos do FIPE

RENATO SEERIG

O reitor da UFSM, Clovis Lima, atendeu a uma solicitação da SEDUFSM e prorrogou do dia 21 para 25 de maio o prazo para que professores pudessem se inscrever com o objetivo de buscar recursos do FIPE (Fundo de Incentivo à Pesquisa). Não apenas a exiguidade do prazo causou polêmica, mas a decisão de alterar os critérios para a liberação dos recursos, aliás, cerne da discussão que deverá ser levada ao Conselho Universitário. Em audiência com o dirigente da Instituição, no dia 18 de maio, os diretores do sindicato solicitaram que a Administração Central ampliasse o tempo para discussão mais

profunda sobre a medida definida pela Reitoria de que somente poderão acessar os recursos para projetos do FIPE os professores com título de Doutor.

O presidente da seção sindical, professor Diorge Konrad, que esteve acompanhado de sua vice, Fabiane Costas, e do representante dos professores assistentes junto ao Conselho Universitário, Hugo Blois, manifestou ao professor Lima o descontentamento levado à entidade representativa da categoria por parte de muitos docentes que, por possuírem o título de Mestre, serão excluídos do processo que leva à busca de recursos para projetos na universidade.

Ao longo de mais de hora e meia, o grupo, formado pelo Reitor, acompanhado do pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, Hélio Leães Hey; do coordenador de Pós-graduação, Paulo Bayard Azevedo; do coordenador de Pesquisa, Carlos Fernando de Mello, procurou argumentar, inclusive com a demonstração em gráficos, de que essa iniciativa da Administração vai melhorar a qualidade produtiva da própria instituição. Segundo palavras do próprio Clovis Lima, essa iniciativa vai pressionar os professores para que procurem fazer um doutoramento. Entretanto, Konrad rebateu esse argumento dizendo que o sindicato não representa apenas os professores doutores, mas toda a categoria docente.



Lima (ao centro) definiu ampliação de prazo para projetos do FIPE

PRODUTIVIDADE- O dirigente da SEDUFSM também ressaltou que há produtividade entre professores que não possuem doutorado e, que, no momento em que a Administração implanta esse tipo de restrição está prejudicando a própria questão da pesquisa na UFSM e, por outro lado, concebendo um conceito de “excelência” questionável. Atualmente, o FIPE era a única fonte para que professores sem doutorado – pelo menos 50% da categoria – pudessem acessar recursos que financiam projetos, pois em âmbito federal, CAPES e CNPq há um bom tempo só aceitam pesquisadores que sejam doutores.

A direção do sindicato, juntamente com as representações das classes de professores nos órgãos superiores da UFSM, estão sugerindo que o debate sobre a medida da Administração seja feita no Conselho Universitário. Para o presidente da SEDUFSM, é preciso aprofundar a discussão dessa norma, que terá um profundo impacto na vida docente. Em caso de os docentes que estiverem fora dos critérios anunciados pela UFSM se sentirem prejudicados, não se descarta o ingresso de uma ação judicial, informa Flavio Ramos, de Wagner Advogados Associados, que também esteve da audiência do dia 18.

Luta contra o “deserto verde”

A SEDUFSM, juntamente com a Regional RS do ANDES-SN, Comitê de Luta contra o Deserto Verde, entre outras entidades, promovem nos dias 1º e 2 de junho, um seminário de âmbito estadual intitulado “Rumos na luta contra o deserto verde. Esta terra tem dono”. O evento ocorre no Auditório Sérgio Pires, campus da UFSM, e pretende discutir a problemática que envolve a plantação de eucaliptos para a produção de celulose no Rio Grande do Sul. A polêmica envolve os governos federal e estadual, entidades ambientalistas e movimentos sociais.

O seminário inicia na manhã de sexta, 1º de junho, com uma mesa de debates que abordará o “Histórico ambiental e econômico da região afetada pelos projetos de silvicultura”. Na parte da tarde, a

partir de 13h30min, o objeto das discussões serão os “Danos reais e potenciais das monoculturas de árvores exóticas sobre as comunidades e biota regional”. Antes do debate haverá a apresentação do vídeo-documentário “Cruzando o deserto verde”. No final da tarde (18h), a abordagem será dos “Fazer e saberes, valores regionais do trabalho e das criações sem a monocultura do eucalipto”.

No sábado, 2 de junho, o seminário ocorrerá no Clube Caixerl, centro de Santa Maria. Inicia às 8h com “Encaminhamentos de luta integrados dos movimentos de resistência: iniciativas locais e perspectivas de lutas conjuntas”. O fechamento do evento acontecerá com um Ato Público, no sábado, às 12h, na praça Saldanha Marinho.

“Ato público encerra o seminário”